

| | |
|--------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO DA EDITORA..... | 5 |
| NOTA DO DIRETOR..... | 7 |
| SOBRE O DIRETOR..... | 9 |
| SOBRE OS VOLUMES III E IV..... | 10 |

VOLUME III

Julgados Convergentes e Divergentes

Direito Penal • Parte Geral

PARTE I • Da aplicação da lei penal

| | |
|---|----|
| 1. A analogia pode ser utilizada, em direito penal, sem ferir a legalidade?..... | 17 |
| 2. É viável a combinação de leis penais diante do advento de lei penal mais favorável? .. | 47 |
| 3. Qual órgão judiciário tem competência para aplicar a lei penal benéfica?..... | 95 |

PARTE II • Do crime

| | |
|---|-----|
| 4. É viável a responsabilidade penal da pessoa jurídica?..... | 113 |
| 5. Quais são as diferenças entre tentativa e desistência voluntária? | 138 |
| 6. Como avaliar a ocorrência de arrependimento eficaz na situação concreta do <i>iter criminis</i> ?..... | 158 |
| 7. Qual é a relação entre o art. 16 do Código Penal e a Súmula 554 do STF? | 193 |
| 8. Quais os limites entre os flagrantes esperado e preparado? | 219 |
| 9. A vigilância da vítima torna o crime impossível? | 286 |
| 10. Como diferenciar o dolo eventual e a culpa consciente? | 303 |
| 11. Qual é o limite entre o erro médico e a imperícia?..... | 318 |
| 12. A legítima defesa putativa constitui erro de tipo ou erro de proibição?..... | 367 |

| | |
|--|-----|
| 13. É viável a existência de apenas duas pessoas na coação moral irresistível? | 397 |
| 14. A inexigibilidade de conduta diversa afasta a culpabilidade? Em que medida?..... | 426 |
| 15. Como quantificar a <i>moderação</i> na repulsa à agressão? | 450 |
| 16. Quais são os <i>meios necessários</i> para repelir injusta agressão?..... | 463 |
| 17. Acolhe-se, no ordenamento jurídico-penal, a legítima defesa da honra como excludente de ilicitude? | 480 |
| 18. A prática do trote (estudantil ou militar) deve ser penalmente punida?..... | 499 |

PARTE III • Da imputabilidade penal

| | |
|---|-----|
| 19. Há necessidade de realização de laudo antropológico em silvícolas socialmente integrados para verificação de sua imputabilidade?..... | 520 |
| 20. O juiz fica adstrito ao laudo pericial para verificar a imputabilidade do réu? | 530 |
| 21. Qual a relação entre personalidade antissocial e imputabilidade penal?..... | 561 |
| 22. Qual a importância da emoção e da paixão como causas determinantes do delito?.... | 596 |
| 23. A embriaguez afasta a imputabilidade penal? | 615 |

PARTE IV • Do concurso de pessoas

| | |
|--|-----|
| 24. Como se configura a participação de menor importância? | 635 |
| 25. Como aplicar, nos casos concretos, a cooperação dolosamente distinta?..... | 664 |
| 26. Em quais situações as circunstâncias e condições de caráter pessoal comunicam-se aos coautores e partícipes? | 679 |

PARTE V • Das penas

| | |
|--|-----|
| 27. A pena de detenção pode ser cumprida inicialmente em regime fechado? | 724 |
| 28. A gravidade do crime é suficiente para determinar a opção pelo regime inicial? | 747 |
| 29. Qual a relação entre a pena aplicada no mínimo legal e a imposição de regime prisional mais severo? | 769 |
| 30. Como solucionar a questão relativa à falta de vagas no regime semiaberto? | 785 |
| 31. Como avaliar o mérito do condenado para fins de progressão de regime? | 799 |
| 32. É viável a progressão por saltos? | 822 |
| 33. Admite-se a sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto em caso de cometimento de falta do condenado? | 838 |
| 34. Qual é a relação entre reincidência e regime fechado? | 850 |
| 35. Cabe progressão ao condenado estrangeiro? | 872 |
| 36. A visita íntima é direito do preso? | 898 |
| 37. A segurança pública é justificativa idônea para vedar ao réu o cumprimento de pena em seu domicílio? | 910 |

| | |
|---|------|
| 38. Quais os requisitos para a execução provisória da pena? | 936 |
| 39. Deve haver ligação entre a prisão provisória e a pena aplicada para fins de detração? | 960 |
| 40. Pode-se utilizar a detração na sentença condenatória? | 976 |
| 41. Cabe detração de pena de multa? | 1003 |
| 42. É possível a aplicação de penas alternativas para delitos cometidos mediante violência presumida/imprópria? | 1015 |
| 43. Como avaliar o comportamento <i>socialmente recomendável</i> do reincidente na aplicação de penas alternativas? | 1036 |
| 44. Qual o juízo competente para executar a pena de multa e julgar extinta a punibilidade? | 1063 |
| 45. Qual o conceito de antecedentes para aplicação da pena-base? | 1082 |
| 46. Como avaliar a personalidade do agente em harmonia com o direito penal do fato? .. | 1093 |
| 47. Permite-se a compensação entre reincidência e menoridade ou confissão espontânea? | 1120 |
| 48. Aos maus antecedentes aplica-se a caducidade quinquenal da reincidência? | 1138 |
| 49. A confissão, para ser aplicada como atenuante, deve ser fruto do arrependimento? .. | 1152 |
| 50. A confissão qualificada pode ser reconhecida como atenuante? | 1175 |
| 51. Qual a definição de delitos da <i>mesma espécie</i> para fins de configuração do crime continuado? | 1191 |
| 52. Cabe continuidade delitiva entre roubo e latrocínio? | 1228 |
| 53. Cabe continuidade delitiva entre estupro? | 1261 |
| 54. Como devem ser entendidas as <i>condições de tempo</i> para o reconhecimento do crime continuado? | 1289 |
| 55. Como analisar as <i>condições de lugar</i> para a configuração do crime continuado? | 1305 |
| 56. No que tange à maneira de execução do crime continuado, a variação de comparsas impede o reconhecimento do benefício? | 1321 |
| 57. É necessária a unidade de desígnios para configuração do crime continuado? | 1338 |
| 58. Prorroga-se automaticamente o <i>sursis</i> quando o condenado responde por outro processo? | 1359 |
| 59. É cabível livramento condicional a condenado estrangeiro? | 1367 |
| 60. Prorroga-se automaticamente o livramento quando o condenado responde por outro processo? | 1380 |
| 61. Em que medida, para concessão de livramento condicional, é exigível o exame criminológico? | 1396 |
| 62. A prática de falta grave interrompe o prazo para a concessão de livramento condicional? | 1407 |

PARTE VI • Das medidas de segurança

| | |
|--|------|
| 63. É obrigatória a internação em casos de crimes apenados abstratamente com reclusão? | 1424 |
|--|------|

64. A internação decorrente de medida de segurança pode ser por prazo indeterminado? 1449
65. A conversão da pena em medida de segurança possui prazo determinado? 1485

PARTE VII • Da extinção da punibilidade

66. A medida de segurança prescreve? 1501
67. Qual a relação entre prescrição e detração? 1518
68. A suspensão do processo com base na citação ficta (art. 366 do CPP) impede o advento da prescrição? 1528
69. É cabível a extinção da punibilidade em decorrência de prescrição virtual? 1541
70. Quando se interrompe a prescrição no caso de prestação de serviços à comunidade? 1557
71. A redução do prazo prescricional, no caso de maior de 70 anos, tem por base a data da sentença ou a do acórdão? 1574